

SOBRE O BICENTENÁRIO DE PELOTAS

Mario Osorio Magalhães¹

Entre as cidades mais antigas do Rio Grande do Sul, Pelotas ocupa o sexto lugar. Precederam-na Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha — criadas em 1809 — e Cachoeira do Sul, desmembrada de Rio Pardo em 1819. Todas as cinco são identificadas como vilas na documentação original, o mesmo se aplicando a Pelotas, autorizada em 7 de dezembro de 1830, por lei provincial, a se emancipar de Rio Grande e, na condição de município autônomo, intitular-se Vila de São Francisco de Paula.

Mas, ao passo que Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha comemoram os seus aniversários a cada 7 de outubro (dia e mês em que foi assinada a provisão real de 1809) e Cachoeira do Sul, em 26 de abril (quando entrou em vigor o alvará de 1819), Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas — cidades de maior expressão no complexo regional — recuaram, retrocederam no tempo para demarcar e louvar o ponto de partida de suas respectivas biografias. Estimulou-as (embora jamais confessassem) uma clara e inabalável certeza: longevidade é mérito, é virtude, ao menos no que diz respeito à história dos povos.

Rio Grande e Porto Alegre anteciparam seus marcos fundacionais em 72 anos, a primeira, e 37, a segunda: na ordem, regrediram a 19 de fevereiro de 1737 e a 26 de março de 1772. A Princesa do Sul, surpreendentemente mais modesta, conformou-se com menos: apenas, e tão-somente, com 18 anos, antedatando a hora do parto, na sua reforma de calendário, para 7 de julho de 1812.

Foi sem dúvida parcimoniosa. Ainda assim, se porventura fizesse sentido, algum dia, confrontar, comparar, alinhar essas datas, Pelotas trocaria de posição. Faça a conta: subiria um degrau na escala retrospectiva dos municípios gaúchos.

¹ Do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.

Essa ideia de festejar a cidade com base na fundação da freguesia quem concebeu, projetou, promoveu, levou adiante até a plena aceitação, até a realização final, foi ninguém menos que João Simões Lopes Neto, o consagrado autor dos *Contos gauchescos* e das *Lendas do Sul*. Agiu praticamente sozinho, mas como suporte à sua determinação teve o apoio decisivo da Biblioteca Pública Pelotense, uma associação privada, apesar do nome.

Em reunião de 9 de abril de 1910, a diretoria da Biblioteca, na presença do escritor, e certamente por inspiração sua, assumiu a responsabilidade exclusiva de organizar as comemorações do centenário da cidade, que anunciou para daí a dois anos, no dia 7 de julho de 1912. Simões Lopes Neto, com a autoridade de quem havia publicado cinco anos antes, nos Anais da própria Biblioteca, a primeira monografia sobre história de Pelotas, encarregou-se de elaborar o projeto; prevendo atividades que se estenderiam por mais de uma semana, apresentou-o no dia 9 de agosto de 1911 à mesa diretora. Já ocupava, nessa ocasião, o cargo de primeiro-secretário da entidade — e, como tal, de especialíssimo redator das suas atas.

Passados dois meses, entregou ao público o primeiro número da *Revista do 1º Centenário de Pelotas*, inteiramente escrita e produzida por ele e por ele apelidada de “Revista Centenária”. Saíram outros seis fascículos (não o total programado de dez edições), o último numerado como 7º e 8º, correspondente a abril e maio de 1912. Tinham o subtítulo de “publicação auxiliar para a comemoração projetada pela Biblioteca Pública Pelotense”, mas foram mais que isso. Sobretudo ao ampliar, com riqueza de informações, o seu primitivo texto de 1905, Simões Lopes facilitou o trabalho a que Fernando Osorio se dedicaria, dez anos depois, no transcorrer de outro centenário — o da Independência do Brasil: a elaboração de *A cidade de Pelotas*, até hoje a nossa obra mais completa, no gênero história geral.

Como se podia prever, o povo pelotense, sabidamente lúdico, comprovadamente cioso das suas tradições, festejou com alegria e jú-

bilo o evento, e durante longos dez dias. Entre 6 e 15 de julho, cumpriu na íntegra o projeto do escritor.

Ele, porém, superada a euforia das comemorações, logo entendeu que se corria um risco: por inércia, permitir que o alvará do regente dom João — muito velho na ocorrência, muito recente na celebração —, depois de tanto esforço voltasse a ser, outra vez, nada mais do que um registro histórico. Então, no ano seguinte, no primeiro dia de julho, através do jornal *A Opinião Pública*, convocou os estudantes de Pelotas — alunos de todos os graus: acadêmicos, ginasianos e colegiais — para que se engajassem, nesse sétimo mês e uma vez por ano, no que intitulou de “Semana Centenária”, apontando como modelo o festival da primavera, ainda hoje efusivamente reeditado, nos parques e nas ruas, pelos cidadãos argentinos.

Voltou ao tema em mais duas oportunidades: no dia 7, quando justificou a colocação de uma lápide alusiva ao centenário numa parede externa da Catedral; e no dia 15, quando imaginou o futuro da ideia que instituiria.

Nessa última matéria, intitulada *O centenário da Centenária*, apostou que, daí a um século, os seus concidadãos ainda festejariam no dia 7 de julho o aniversário de Pelotas. Acertou, na mosca. Quanto a ele, Simões Lopes Neto — que usava, como articulista, o pseudônimo de Serafim Bemol — pareceu-lhe óbvio garantir que já não seria, em 2013, “nem bemol, nem bequadro, nem tremi-fusa, nem sustenido, nem tom nem som nenhum...” Aí, nessa projeção pessoal, redondamente enganou-se.

Pouco mais de dez anos antes, em novembro de 1901, comemorando o jubileu da imprensa pelotense, uma comissão de intelectuais (integrada pelo próprio Simões Lopes Neto, como tesoureiro) havia inaugurado, na fachada de um prédio da Rua Félix da Cunha, uma placa de bronze, com o objetivo de registrar que nessa casa fora impresso, em prelo de madeira, o primeiro jornal da cidade. Agora, em meados de 1913, ali funcionava um pequeno comércio — tipo bar, ou venda,

ou armazém.

Para assinalar o centenário do município, Simões Lopes encomendara uma placa de granito (do Capão do Leão, então distrito de Pelotas), mandando gravá-la e afixá-la numa parede lateral da Catedral de São Francisco de Paula. Foi acusado publicamente de facciosismo religioso, defendendo-se — em artigo do dia 7 de julho, como aponteí atrás — com o seguinte argumento: “Dizer-se que a lápide colocada na parede da Catedral é uma deturpação do senso cívico e um odioso privilégio religioso, católico, uma imposição às crenças livres, é uma injustiça e uma falta de lógica, uma incoerência e uma sandice tão palpáveis como afirmar-se que a placa de bronze na Rua Félix da Cunha, onde agora existe uma taberna, relembra e cultua não o júbilo da imprensa pelotense, que ali teve o seu nascedouro, porém as cachaças, os bacalhaus, as rapaduras que no balcão interno são vendidas”.

De fato, não se pode interpretar a iniciativa como um ato de louvor à religião católica. Mas a analogia com o botequim é forçada, imprópria como exemplo, exageradamente desproporcional como medida de comparação.

A elevação de um povoado à condição de freguesia tinha, às vésperas da independência do Brasil, um claro objetivo político — ou, se preferirmos, administrativo: facilitar o desenvolvimento de um núcleo urbano qualquer, incipiente, com a expectativa de que a nascente freguesia, o mais brevemente possível, pudesse dar origem a uma nova vila, termo, cabeça de comarca, aí então se tornando independente do município a que era circunscrita. Tal objetivo, porém, materializava-se numa providência de âmbito estritamente religioso: a construção de uma igreja na área central do povoado.

Havia o pressuposto, garantido pela experiência, de que a população aumentaria no entorno da igreja, atraída não somente pelas missas dominicais e pelas festas sacras, mas também pelos rituais de batismo, crisma, confissão, casamento, extrema-unção, enterro, sem a necessidade de deslocar-se até a Matriz, na sede da vila a que se man-

tinha, ainda, politicamente vinculada.

Aqui, foi assim: em 7 de julho de 1812 — durante o período joanino, oito décadas distante da separação, no Brasil, entre Igreja e Estado —, o príncipe regente ordenou a criação da Freguesia de São Francisco de Paula, desligada da Matriz de São Pedro, em Rio Grande. Duas autoridades locais, o capitão-mor e o recém-nomeado vigário, deram início às obras da capela, inaugurada na antevéspera do Natal de 1813 no exato lugar onde hoje se ergue a Catedral. Depois é que foi providenciado o arruamento dos seus arredores, com a definição do traçado urbano, a demarcação das quadras e a venda dos lotes.

Quando se convencionou, um século depois, que o aniversário da cidade devia coincidir com a fundação da freguesia, nada mais lógico, mais coerente, do que perpetuar o evento no edifício central, no espaço restrito, específico, onde efetivamente se concretizara. O que não significava homenagear, em absoluto, nem a hóstia, nem o crucifixo, nem o cálice, nem o púlpito e nem o sacerdote.

Poderia Pelotas, se quisesse, assumir 50 anos de autoenvelhecimento, em vez dos parcos 18 que assumiu. Adotaria, no lugar de 1812, o ano de 1780 como data de nascimento.

Nesse ano o português José Pinto Martins, proveniente do Ceará, estabeleceu a primeira charqueada às margens do arroio Pelotas. Imitado por outros empreendedores, seu exemplo foi decisivo para que tivesse início a ocupação do futuro município. Tanto que, além da razoável distância de Rio Grande, a existência, nestas paragens, de “consideráveis fábricas de carnes salgadas”, cada uma ocupando para além “de cem pessoas”, foi a justificativa principal do requerimento entregue ao governo, no Rio de Janeiro, em 1810. Nesse documento, endereçado a dom João, pedia-se a criação da freguesia — uma necessidade, afirmava-se, há longo tempo reconhecida pelo pároco de Rio Grande: “desde o ano de 1784”.

Só que essa ideia não prosperaria, mesmo que Pelotas quisesse-

se. Para que se comemore uma passagem de aniversário é preciso, no mínimo, verificar em que dia ele cai, em que mês deve ser festejado. E a verdade é que se desconhece inteiramente o exato instante em que José Pinto Martins aportou nestas plagas; tampouco se sabe o momento preciso em que adquiriu o imóvel, o estabelecimento onde iria implantar sua indústria. Ou esses fatos, na ocasião em que ocorreram, por algum motivo não foram registrados, ou mais tarde esses registros se perderam.

Existem, é certo, referências de contemporâneos, feitas a Pinto Martins e à sua empresa; nenhuma, porém, menciona datas. Por isso, então, só se sabe, se repete, se propaga que esse pioneirismo remonta a 1780 — e não a 1778 ou 1782, por exemplo — porque se deposita inteira confiança na seriedade dos historiadores locais, dos nossos antigos pesquisadores que transmitiram, para a posteridade, essa informação. Por sinal, sem que se excetue um só deles, de modo absolutamente categórico; mas também sem nenhuma preocupação (como era usual, até há pouco) de revelar em que fonte encontraram, em que documento se apoiaram para autenticar essa data.

Qual, dentre tantos, teria sido o primeiro? Pelo que pude apurar, ninguém menos que o impecável Alfredo Ferreira Rodrigues, organizador do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, na biografia do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves que escreveu e publicou no 11º número do Almanaque, correspondente a 1899. Diz Rodrigues, na página 3: “Em 1780, junto ao arroio Pelotas, em terrenos concedidos, no ano antecedente, pelo governador da Capitania do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, a Manoel Carvalho de Souza, fundou José Pinto Martins, vindo do Ceará, uma pequena charqueada”. É verdade que antes, em 1882, na sua *História popular do Rio Grande*, Alcides Lima havia escrito: “As primeiras charqueadas [no Rio Grande do Sul] foram fundadas em 1780 [...]”. Mas, embora contasse o ano do milagre, omitira o lugar da sua ocorrência e o nome do santo...

Hoje, existe até quem conteste essa data. Um professor da Uni-

versidade Federal do Pará cogitou, recentemente, o seguinte: “Apesar de alguns historiadores afirmarem que José chegou a Pelotas nos anos 80 do século XVIII, sua habilitação [para Familiar do Santo Ofício] o aponta como morador do Ceará e de Pernambuco ainda em 1787 [...]. Provavelmente a partida [...] da capitania do Ceará tenha acontecido nos anos 90 do século XVIII”. Cabe salientar que o registro mais antigo que encontrei sobre a presença de Pinto Martins no Rio Grande do Sul consta do *Almanaque da Vila de Porto Alegre*, que o fiscal de impostos Manoel Antônio de Magalhães escreveu em 1808: na relação, que transcreve, dos comerciantes de toda a Capitania de São Pedro, consta, referentemente à Vila de Rio Grande, a firma Pinto Martins & Companhia, junto ao nome de quase uma dezena de charqueadores.

João Simões Lopes Neto, naquele ensaio de 1905, publicado nos Anais da Biblioteca Pública sob o título de *A Cidade de Pelotas — apontamentos para uma monografia para o seu centenário*, repetiu quase que literalmente a frase de Alfredo Rodrigues, sem mencionar seu autor (como é usual, até hoje): “Sabe-se que em 1780, numa parte dos terrenos de M. [Manuel] Carvalho de Souza (arroio Pelotas) fundou José Pinto Martins, vindo do Ceará, uma charqueada [...]”.

No 2º fascículo da “Revista Centenária”, correspondente a novembro de 1911, transcreveu este trecho, sem alteração de uma única vírgula, ao se ocupar da fundação da cidade. Mas quatro páginas adiante, ao investigar a origem da expressão Pelotas, acabou por divulgar um testemunho de singular importância, que corrobora a ideia de que a charqueada de Pinto Martins foi, de fato, a primeira, embora não faça referência ao ano de 1780. Trata-se do pronunciamento do deputado Domingos José de Almeida, na Assembleia Provincial, em 27 de junho de 1835, explicando que o nome aprovado oficialmente, naquele instante, para identificar a cidade, “memorava o fato histórico que aglomerara com a rapidez do raio a gente e a riqueza da localidade, pois fora no arroio Pelotas que, *em fins do século passado* [o grifo é meu], José Pinto Martins, vindo do Ceará, estabeleceu uma charqueada [...] atraindo a população [...] que aí começou a fixar-se, espalhan-

do-se depois até o sítio onde mais tarde foi criada a freguesia”.

O mineiro Domingos de Almeida, também proprietário de charqueada, igualmente localizada às margens do arroio Pelotas, era contemporâneo de José Pinto Martins, cuja morte ocorrera há não mais de oito anos. “Domingos de Almeida era um espírito lúcido, pesquisador e sabedor da matéria que discutia”, reforçou o escritor.

Na biografia breve do charqueador de origem portuguesa, que inseriu já no primeiro número da revista — realçando, aliás, os algarismos 1, 7, 8 e 0 em negrito —, Simões Lopes Neto elaborou ainda duas frases dignas de atenção. Disse, na primeira: “Cabe-lhe a primazia na fundação da hoje bela e adiantada cidade de Pelotas”. Reafirmou, na segunda: “Do estabelecimento de José Pinto Martins irradiou, pois, sem contestação, a fundação”.

De todo o modo, e acima de qualquer argumento, a realidade é que a sua data preferida — a que elegeu, projetou, promoveu para festejar a cidade — foi 1812. Sem esquecer, mas só lembrando de passagem, que em 1880 Simões Lopes tinha apenas 15 anos e em 1890 completara 25, tenho plena convicção de que, sobre esta matéria, não há o que discutir: a celebração do dia 7 de julho já faz muito tempo que é definitiva. Nem se pode cogitar a ideia de substituí-la, pois representa uma espécie de pacto consagrado, de acordo coletivo, de contrato de utilidade pública, e além do mais muito bem instruído, tradicionalmente aceito e jamais questionado.

Voltarei ao tema, daqui a pouco; quem sabe possa realçar melhor a importância que teve a freguesia no desenvolvimento posterior da cidade. Mas, por enquanto e pelo espaço necessário, parece-me oportuno permanecer no século XVIII e nesse assunto das charqueadas, uma vez que é preciso começar, disciplinadamente, a pôr alguma ordem nesta narrativa, nesta grata tarefa de contar nossa história.